

TERMO DE REFERÊNCIA 030/2025

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA COMUM, PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, LOTEAMENTO SANTA REGINA, ITAJAÍ/SC- FNDE, CONFORME CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ELEMENTOS DE ENGENHARIA.

1.1. Especificações e quantidades

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QTE | v. total |
|------|---|-------|-----|--------------------------|
| 1 | 3196 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, LOTEAMENTO SANTA REGINA, ITAJAÍ/SC- FNDE | Serv. | 1 | R\$ 13.316.678,60 |
| | | | | R\$ 13.316.678,60 |

Em anexo encontra-se a planilha orçamentária contendo a especificação e discriminação dos serviços que serão executados.

A obra de engenharia, objeto desta contratação, caracteriza-se como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Característica da continuidade da obra: execução de obra não-continua, pois se trata da execução de obra específica em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

A conclusão da obra é por escopo predefinido no cronograma físico-financeiro, no qual o prazo de vigência se encerra somente com a conclusão da obra, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Da natureza do objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº **12840/2023**. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação da solução escolhida será realizada na modalidade de Concorrência Eletrônica.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução: Menor preço unitário

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

(x) Não

4.5. Será exigida garantia de proposta?

(X) Sim. O valor da garantia é de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

Justificativa: A exigência da garantia da proposta tem por objetivo assegurar a seriedade das propostas apresentadas pelos licitantes e proteger a Administração Pública contra desistências infundadas, que possam comprometer o andamento do processo licitatório e causar prejuízos ao interesse público. Ao exigir a garantia da proposta, a Administração seleciona empresas que realmente têm intenção e capacidade de executar a obra, evitando propostas temerárias ou meramente especulativas. Serve como um comprometimento prévio da empresa com as condições do edital, estimulando o cumprimento das etapas posteriores, como a assinatura do contrato e a apresentação da garantia de execução.

A garantia de proposta deverá ser apresentada por todos os licitantes e poderá ser prestada nas modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante, quais sejam: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; e fiança bancária.

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

5.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), Conselho Técnico Federal dos Técnicos Industriais (CTF) ou outro conselho pertinente ao cargo, em plena validade.

a.1) No caso da empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no Conselho competente do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional quando da assinatura do contrato.

5.1.2. Certidão de REGISTRO DE PESSOA FÍSICA na entidade profissional competente, em plena validade, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra de características semelhantes, devendo constar, no mínimo:

- 1 Engenheiro Civil ou Arquiteto

IMPORTANTE: O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação

técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço objeto da licitação, o qual terá a respectiva ART(s) ou documento equivalente emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5.2 CAPACIDADE OPERACIONAL (PESSOA JURÍDICA) E TÉCNICA:

5.2.1 Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrado na Entidade Profissional Competente, o qual comprove execução de serviços compatíveis ou características semelhantes, em quantidades e prazos com o objeto da licitação. O atestado para comprovação da capacidade técnica da pessoa jurídica deverá pertencer à pessoa física, profissional indicado responsável técnico, devidamente cadastrado na Entidade Profissional Competente observado o que dispõe na Resolução do CONFEA nº 1.025/09. O atestado de capacidade técnica deverá estar acervada no respectivo órgão competente. O atestado e/ou declaração de capacidade técnica de obra já executada, deverá conter as seguintes características mínimas:

| ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA | Quantidade total a ser executada | Quantidade a ser comprovada (50%) |
|---|---|--|
| Execução de estrutura metálica de cobertura | 3.589,39 | 1.794,69 m² |
| Execução de estrutura de concreto armado | 3.589,39 | 1.794,69 m² |
| Fundações profundas | 3.589,39 | 1.794,69 m² |

5.2.2. A necessidade dessa comprovação é justificada pelas condições impostas de trabalho, e particularidades do projeto executivo emitidos pela CONTRATANTE, embora sejam soluções técnicas bastante usuais no segmento da construção civil. Trata-se de um empreendimento que envolve alta complexidade técnica, com demandas que exigem domínio de soluções especializadas, mão de obra qualificada e o uso de tecnologias e metodologias compatíveis com padrões rigorosos de desempenho e segurança nos padrões do governo federal (MEC e FNDE) e das Normas Técnicas (NBR) pertinentes. Mais detalhes sobre esses serviços estão descritos no tópico 9.4 do Termo de Referência – TR. Portanto, a comprovação da capacidade técnica e financeira não se trata de uma exigência genérica, mas sim de uma medida necessária para mitigar riscos, assegurar a adequada execução do objeto contratado e garantir a economicidade e eficiência dos recursos públicos/privados envolvidos no projeto.

Os itens e a quantidade mínima para comprovar a Capacidade Operacional foram adotados levando em consideração os serviços de maior relevância financeira e de maior complexidade técnica dentre todos os serviços desta intervenção, em acordo ao disposto no § 2º do Artigo 67 da Lei 14.133/2021. Por fim, também, as quantidades mínimas exigidas estão de acordo com a referida Lei, não ultrapassando 50% daquilo que está previsto a ser executado.

OBSERVAÇÃO:

- Poderão ser aceitas ARTs em outras unidades, desde que seja possível comprovar a extensão e os valores sejam compatíveis com aqueles supracitados.
- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da

legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

e) A licitante que deixar de entregar documentos ou apresentar documentação falsa exigidos para o certame ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, contrato e das demais cominações, segundo disposição constante no edital.

f) Para facilitar a análise do Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação, é recomendável que o licitante destaque, nas referidas certidões, os serviços cuja experiência se pretende comprovar e o seu respectivo quantitativo.

g) Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação dos certidão(ões) e/ou atestado(s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados

5.3. Orientações Gerais:

5.3.1. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou outro documento equivalente. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA/CFT, devidamente atualizada;

5.3.2. Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

5.3.4. Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas."

5.4. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

c) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

c.2) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

e) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10%] do [valor total estimado da contratação.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.5. Visita Técnica (facultativa):

5.5.1. A avaliação prévia do local de execução da obra é facultativa, de modo as licitantes obterem, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, podendo ser substituída por declaração de pleno conhecimento, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00.

5.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.5.4. A visita deverá ocorrer até 03 (três) dias antes da data prevista para a realização da abertura dos envelopes ou então a empresa deverá apresentar uma declaração que ela possui pleno conhecimento do objeto e seu local de execução.

5.5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da execução da obra, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.5.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega/Execução:

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 5 dias úteis da emissão da ordem de serviço;
- b) Prazo para a execução da obra: conforme cronograma físico-financeiro anexo;
- c) Caso não seja possível a entrega na data estipulada no cronograma, a empresa deverá comunicar ao fiscal de contrato designado as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta)

dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior,

d) Para a perfeita execução da obra, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário e,

e) A execução da obra deverá observar os projetos básicos, memorial descritivo e demais elementos de engenharia (arquivos anexos).

f) A execução da obra deverá seguir os padrões constantes na NBR 15575, Norma de Desempenho, que estabelece critérios e requisitos para o desempenho de edificações, abrangendo os aspectos de segurança, habitabilidade e sustentabilidade. Deverá também apresentar, no mínimo, os ensaios de desempenho da edificação: ensaio de resistência do concreto aplicado na obra, integridade de estacas, arrancamento e fixação de revestimentos de argamassa e cerâmica.

Especificação da garantia da obra: O prazo de garantia contratual da obra é aquele estabelecido no Código Civil, no Código de Obras e/ou demais códigos/normativas aplicáveis.

6.2. Prazo de vigência e execução da obra:

Prazo Contratual: 20 (vinte) meses contados do dia seguinte à assinatura do contrato.

Prazo de Execução: 16 (dezesseis) meses contados do dia seguinte à assinatura da Ordem de Serviço.

Na forma do art. 111, da Lei 14.133/2021, a obra é considerada como de “conclusão de escopo predefinido”, razão pela qual o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

6.2. Local, horário e endereço da execução da obra:

Endereço: Rua Maria Marques Rampelotti esq. Rua Ver. Pedro João de Souza Filho - Bairro Espinheiros

6.3. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5 % do valor total do contrato?

(x) Sim

Serão aceitas garantias nas modalidades fiança bancária ou seguro-garantia. O prazo para apresentação deve ser cumprido conforme especificação em edital.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

É dever da CONTRATADA assegurar que a garantia contratual prestada se mantenha vigente até a aceitação definitiva da obra.

Se sim, justificativa:

A exigência de garantia de execução contratual visa resguardar a Administração Pública contra possíveis riscos de inadimplemento total ou parcial por parte da contratada, garantindo maior segurança à aplicação dos recursos públicos e a continuidade dos serviços essenciais. O atraso ou abandono da obra compromete o acesso à educação, gerando impacto direto em comunidades inteiras. Trata-se de contratos com alto valor financeiro e que envolvem diversas etapas técnicas, o que aumenta os riscos de problemas contratuais. A garantia funciona como instrumento de mitigação de riscos, forçando a contratada a agir com responsabilidade técnica e financeira. Portanto, a exigência de garantia de execução contratual é uma medida de proteção ao interesse público, garantindo que o projeto de construção da creche e da escola de educação infantil seja concluído com qualidade, dentro do prazo e sem prejuízos ao erário. Além disso, fortalece a responsabilidade da empresa contratada com a correta aplicação dos recursos públicos e com a entrega de um equipamento social essencial à população.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Edital, do Contrato a ser lavrado e demais documentos que o integram. A Contratada assumirá a total responsabilidade pela correta escolha e dimensionamento do pessoal e dos equipamentos necessários à correta execução dos serviços objeto do contrato.
- b) A Contratada será a única responsável pela segurança dos trabalhos de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual, adequados a cada tipo de serviço.
- c) A Contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais.
- d) A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a dispensa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dos trabalhadores que não atenderem ao estabelecido neste item.
- e) A Contratada será responsável pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços, podendo o Contratante exigir a imediata substituição do empregado, cuja permanência julgar inconveniente.
- f) A Contratada será responsável pela manutenção da ordem e limpeza na execução dos serviços contratados.
- g) A Contratada será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização.
- h) Adotar medidas preventivas, corretivas e compensatórias para mitigar os impactos ambientais decorrentes das atividades executadas no âmbito da obra;
- i) Controlar e dar destinação ambientalmente adequada a todos os resíduos sólidos, líquidos ou gasosos gerados durante a execução dos serviços;
- j) Garantir o correto armazenamento, manuseio e transporte de materiais perigosos, evitando contaminações do solo e dos corpos hídricos;
- k) Assumir, integralmente, os custos e responsabilidades por danos ambientais eventualmente causados em decorrência de atos, omissões ou negligência na execução

dos serviços contratados, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas e legais cabíveis.

l) A Contratada deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos funcionários da Prefeitura indicados pela Fiscalização.

m) Manter-se, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

n) A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- c) Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas devendo intervir quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento.
- d) Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução do objeto.
- e) Observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

8. DO CONTRATO

8.1.1 INSTRUMENTO CONTRATUAL

- () Somente por assinatura de contrato
- () Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- () Autorização de Fornecimento
- (x) Assinatura de contrato e Ordem de serviço_____

8.2.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

| | |
|---------------------------------------|--|
| Nome: Silvano Pedro Amaro | |
| Cargo: Secretária de Educação | |
| Matrícula: 1010806 | |
| E-mail: gabinete@edu.itajai.sc.gov.br | |

Fiscal Técnico:

| |
|---|
| Nome: Antônio Valter Miranda |
| Cargo: Assessor I - Engenheiro |
| Matrícula: 1770104 |
| E-mail: engenharia@edu.itajai.sc.gov.br |

Fiscal Administrativo:

| |
|--|
| Nome: João Carlos Bittencourt |
| Cargo: Diretor de Infraestrutura Escolar |
| Matrícula: 2692101 |
| E-mail: die@edu.itajai.sc.gov.br |

Procedimentos de transição e finalização do contrato: Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

a) O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização, após a finalização da execução da obra, da seguinte forma:

a.1) A contratante realizará inspeção minuciosa de toda obra executada, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação da obra e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

b) No prazo de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento provisório da obra, equipe de fiscalização deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza a finalização do objeto.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebimento dos Serviços

9.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no memorial descritivo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.2. Da forma de pagamento

9.2.1 A efetivação dos pagamentos, referentes a cada medição, fica condicionada à comprovação pela contratada, por meio de apresentação de certidões negativas de débito, de que se encontra em situação regular com o Fundo de Garantia, Previdência Social e fazenda Municipal, nos termos da legislação vigente.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão

retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3. Reajuste Contratual/Correção Monetária:

9.3.1. Caso o prazo da execução da obra/serviço exceda os 16 (dezesesseis) meses previstos, os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com o **Índice Nacional da Construção Civil (INCC)**, tomando-se por base a data base do orçamento estimado, pela variação dos índices constantes da revista “conjuntura econômica”, editada pela Fundação Getúlio Vargas.

9.3.2. Somente poderá acontecer depois de dezesesseis meses contados da data da assinatura do contrato, nos termos do art. 25 § 7º da NLL.

9.3.4. Independentemente do prazo de duração do contrato, e com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, a atualização monetária a fica condicionada a apresentação de planilha orçamentária atualizada.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta das dotações: 67

| Órgão/Unidade Orçamentária | Subação | Natureza | Fonte |
|----------------------------|---|-----------|--|
| 9009 - PME | 1.70 Construção, Ampliação e Reforma dos CEIs | 4.4.90.00 | 1015 - Transf.Conv da União para programas educacionais PAC/FNDE |

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo global estimado será de **R\$ 13.316.678,60** (Treze milhões, trezentos e dezesesseis mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).

Itajaí/SC, 09 de agosto de 2025.

Prof. Dr. Silvano Pedro Amaro
Secretário Municipal de Educação